

A Amazónia na história do Novo Mundo: Alexandre Rodrigues Ferreira, as “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos” e os povos originários¹

La Amazonia en la historia del Nuevo Mundo: Alexandre Rodrigues Ferreira, las “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos” y los pueblos originarios

Amazonia in the History of the New World: Alexandre Rodrigues Ferreira, the “Observações Gerais e Particulares sobre a Classe dos Mamíferos” and the Native Peoples

DOI: 10.22380/20274688.2725

Recebido: 3 de outubro de 2023 • Aprovado: 30 de dezembro de 2023



Ângela Domingues²

Universidade de Lisboa, Portugal

adomingues@netcabo.pt • <https://orcid.org/0000-0002-9533-2504>

Resumo

Como é que os vassallos portugueses pensavam a natureza e a humanidade da Amazônia em finais de Setecentos? Este artigo pretende refletir sobre esta questão, centrando-se no naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e na memória intitulada

- 1 O tema tratado neste artigo foi inicialmente apresentado no X Colóquio Internacional sobre Darwinismo em Europa, América Latina y el Caribe que decorreu na Universidade de La Laguna, Tenerife, entre 8 e 11 de fevereiro de 2023. Agradeço aos colegas presentes as contribuições que o debate suscitou, algumas delas incorporadas neste texto.
- 2 Investigadora auxiliar com habilitação do Centro de História da Universidade de Lisboa. É docente responsável na FLUL por cadeiras e seminários na área da história dos descobrimentos e da expansão. Foi professora convidada na Universidade Federal do Pará (professora visitante sénior Capes), na Universidade Pablo de Olavide e na Universidade Autónoma de Lisboa. É autora de livros e artigos sobre Brasil colonial, história atlântica e relações de poder entre impérios no Atlântico sul. Investiga temas relacionados com o Brasil colonial, história das viagens científicas, história das fronteiras, representações dos portugueses e da América portuguesa em contextos imperiais e relações de poder entre luso-brasileiros e ameríndios na Amazônia colonial.

“Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos”. Organiza-se em três partes. A primeira refere-se à polémica do Novo Mundo e aos esforços desenvolvidos pelos pensadores europeus para explicar, conceptualizar e classificar a diversidade biológica, social e cultural dos seres humanos e o lugar ocupado pelos povos nativos americanos nas escalas hierarquizadas civilizacionais da humanidade. Na segunda, consideram-se as críticas que *criollos* e luso-brasileiros fizeram a partir das periferias imperiais às teorias filosófico-científicas sobre a natureza, os habitantes e a história da América em função dos seus conhecimentos e experiências. Na terceira, aborda-se um estudo de caso centrado em Alexandre Rodrigues Ferreira e nas observações sobre o homem americano, considerados como exemplos claros de como as elites intelectuais portuguesas estavam informadas e participaram no debate científico.

Palavras-chave: polémica do Novo Mundo, ciência do homem, Amazônia colonial, Alexandre Rodrigues Ferreira, interações transatlânticas e transimperiais, Iluminismo

Resumen

¿Qué pensaban los vasallos portugueses sobre la naturaleza y la humanidad en la Amazonia de finales del siglo XVII? Este artículo pretende reflexionar sobre la cuestión, centrándose en el naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. La primera parte aborda la controversia del Nuevo Mundo y los esfuerzos realizados por los pensadores europeos para explicar, conceptualizar y clasificar la diversidad biológica, social y cultural de los seres humanos. La segunda parte considera las críticas que los *criollos* y luso-brasileños hicieron, desde las periferias imperiales, a las teorías filosófico-científicas sobre la naturaleza, los habitantes y la historia de América. En la tercera parte se trata de un estudio de caso que se centra en Alexandre Rodrigues Ferreira y sus observaciones sobre el hombre americano, las cuales demuestran que la élite intelectual luso-brasileña estaba al día en el debate.

Palabras clave: polémica del Nuevo Mundo, ciencia del hombre, Amazonia colonial, Alexandre Rodrigues Ferreira, interacciones transatlánticas y transimperiales, Ilustración

Abstract

How did the Portuguese subjects think about the Amazon's nature and humanity in the late 18th century? This paper aims to reflect upon that question, focusing on the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira. The first part discusses the New World controversy and the efforts made by European thinkers to explain, conceptualize and classify human biological, social and cultural diversity. The second part considers the criticism, made by the “*criollos*” and “Luso-Brazilians” in the imperial peripheries, regarding philosophical-scientific theories about America's nature, inhabitants and history. The third part is a case study centered on Alexandre Rodrigues Ferreira and his observations on the American man, showing that the Luso-Brazilian intellectual elite was well informed on this scientific debate.

Keywords: New World controversy, science of man, colonial Amazonia, Alexandre Rodrigues Ferreira, transatlantic and trans-imperial interactions, Enlightenment

Qual era a representação que os vassallos portugueses faziam da natureza e da humanidade da América portuguesa em finais de Setecentos? Em que autores se baseavam para fundamentar teorias e imagens sobre o lugar do “seu” Novo Mundo na história da humanidade? Como é que a elite científica reinol e colonial participou neste debate protagonizado por Lineu, Buffon e Robertson? De que modo a origem do continente americano e dos seus habitantes foi equacionada por uma intelectualidade que, em grande parte, tinha nascido nos espaços coloniais portugueses e era formada na Universidade de Coimbra pós-1772? Este artigo pretende refletir sobre estas questões, centrando-se exclusivamente na figura de Alexandre Rodrigues Ferreira e na memória “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios das Amazonas, Negro e da Madeira com descrições circunstanciadas que quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas e principalmente com a dos tapuios”, que me parece merecer uma releitura à luz do modo como a elite científica portuguesa participou nos debates científicos sobre o Novo Mundo.

O naturalista, nascido em Salvador da Bahia em 1756, protagonizou uma das maiores, mais relevantes e melhor estudadas “viagens filosóficas” aos espaços imperiais portugueses ao percorrer as capitânias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792.

Este artigo encontra-se estruturado em três partes. A primeira refere-se à polémica do Novo Mundo e aos esforços desenvolvidos pelos pensadores europeus para explicar, conceptualizar e classificar a diversidade biológica, social e cultural dos seres humanos e o lugar que os povos nativos americanos ocuparam nas escalas hierarquizadas civilizacionais da humanidade. A segunda considera as críticas que *criollos* e luso-brasileiros fizeram, a partir das periferias imperiais, às teorias filosófico-científicas sobre a natureza, os habitantes e a história da América em função dos seus conhecimentos e experiências. A terceira aborda um estudo de caso centrado em Alexandre Rodrigues Ferreira e nas observações sobre o homem americano, considerados como exemplos de como as elites intelectuais portuguesas estavam informadas e participaram no debate científico. O objetivo central consiste em perceber como é que a proveniência de Ferreira enquanto luso-brasileiro e o conhecimento empírico que adquiriu enquanto viajante-científico foram determinantes para equacionar a “Amazónia” no debate científico europeu de Setecentos.

Tenho, contudo, a percepção clara de que a contribuição do naturalista teve um eco escasso, porque os seus textos não foram publicados por largo período de tempo. O facto de a produção associada à “viagem filosófica” ter permanecido inédita até ao século XX condicionou a incorporação das reflexões de Ferreira

sobre a humanidade e a natureza da fronteira colonial do norte e oeste brasileiros num debate transcultural que pôs em diálogo e confronto a Europa e a América, os teóricos europeus e os homens de ciência nascidos nas colónias.

A polémica do Novo Mundo e a sua importância para a América portuguesa

A integração do continente americano numa História Universal escrita em função de uma perspetiva eurocêntrica e cristã levantou, desde a descoberta do Novo Mundo, problemas teórico-filosóficos relacionados com a humanidade dos americanos. De facto, os debates em torno das origens do povoamento dos diversos espaços coloniais ocuparam um lugar central no pensamento europeu da Modernidade e lançaram o desafio de criar sistemas explicativos que abarcassem a diversidade de povos e culturas encontrados a nível global (Gerbi 15-246). Assim, um dos problemas centrais para os pensadores e teóricos europeus consistiu em interpretar, conceptualizar e classificar a variedade biológica, social e cultural a nível global, conhecida a partir dos contactos estabelecidos pelas grandes navegações e por testemunhos verbais, textuais e iconográficos dos viajantes (Bucan e Burnett 4).

Filósofos, teólogos, naturalistas, médicos e outros pensadores desenvolveram, num largo arco temporal que abrange desde o século XV ao século XIX, inúmeras teses que refletiam a forma como os europeus lidavam com essas diferenças, o modo como explicavam as diversidades encontradas e justificavam a singularidade humana no contexto dos imaginários ocidentais. Formularam-se explicações evolucionistas que dividiam as sociedades em etapas com o objetivo de interpretar a evolução sociocultural das civilizações em função da religião, costumes e instituições. Contudo, nas discussões que giravam em torno do Novo Mundo, a natureza e a humanidade americanas ocupavam um lugar muito claro em relação ao Velho Mundo: eram vistas como débeis, inferiores, imaturas, nalguns casos degeneradas (Chaves).

A formulação científica da tese sobre a debilidade do continente americano foi feita por Francis Bacon ainda no século XVII (*Nova Atlântida*, 1627). Mas, conforme Devin Vartija notou, foi com o “humanismo e o racionalismo iluminista” que as diferenças físicas da humanidade se tornaram num problema intelectual e científico. Foi durante este período que pensadores e filósofos refletiram sobre o lugar da espécie humana no mundo natural e consideraram a classificação racial como parte da história da humanidade (Vartija). Este debate avivou-se com os

contributos de notáveis pensadores, entre eles o naturalista sueco Carlos Lineu (1707-1778), o filósofo escocês David Hume (1711-1776), o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), e sobretudo George-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788) (Sloan). Na *Histoire naturelle* (1749), este naturalista francês procurou explicar a existência de variações ou raças no interior das espécies através de explicações geográficas e climáticas; e, para além da natureza e da história natural, incluiu o homem e o mundo político, económico e social. Nestas reflexões a América teria destaque na ordem global (Morgan).

A centralidade que o continente americano ocupou no pensamento europeu de Setecentos pode explicar-se pela crescente importância política e económica que o Atlântico teve para os impérios coloniais europeus a partir do século XVII. Mas justifica-se igualmente nas alterações científicas que ocorreram na Europa e que levaram a que notáveis pensadores, como os anteriormente citados, sistematizassem ideias sobre as diferenças humanas e desenvolvessem teorias sobre hierarquias raciais. A partir de meados do século XVIII *raça* tornou-se num termo comum, utilizado em construções teóricas que punham a “raça branca ou europeia” na posição cimeira de uma hierarquia onde os que não eram europeus ocupavam uma posição de inferioridade (Wigger e Hadley 85). Contudo, os participantes neste debate não chegaram a concordar sobre o número de raças existentes, nem acerca dos critérios que as distinguíam e classificavam, acreditando apenas na superioridade intelectual e cultural europeia. Para alguns pensadores, apenas a intervenção dos europeus seria capaz de trazer os outros povos, mais primitivos e ociosos, a estádios superiores civilizacionais, um argumento que legitimava o domínio colonial; outros, como Kant, acreditavam que esses “povos inferiores” seriam extintos (Wigger e Hadley 86).

Era desta forma que o contacto com grupos humanos que detinham hábitos, costumes e aparências diferentes e habitavam noutros continentes aperfeiçoou a construção de discursos que fundamentavam ideologicamente o domínio e a submissão de uns grupos humanos por outros, respondendo, assim, à necessidade colonial de compreender a “condição humana” e governar indígenas, escravos e súbditos coloniais. “Este tipo de argumento aliado a uma certa visão da humanidade particularmente etnocêntrica, moldará a forma com a qual a civilização ocidental — leia-se europeia — tratará a diversidade das culturas e etnias humanas” (Pires Jr. 321). Note-se ainda que a forma como os europeus setecentistas passaram a olhar para as populações nativas americanas se afastou de classificações que dividiam a humanidade em “chaves explicativas binárias” — presentes, por exemplo, na legislação colonial —, que opunham índios bons, aliados e amigos a

índios inimigos, cristãos a pagãos, civilizados a selvagens (Raminelli e Silva 324; Perrone-Moisés; Cardim).

No âmago destas hierarquias classificatórias encontram-se conceitos como *raça*, *progresso*, *raça*, *civilização* e *barbárie* (Pires Jr. 320; Morgan 137). São usados nos escritos dos teóricos e pensadores setecentistas como instrumentos poderosos que estão na base da “invenção da diferença”. Contudo, é importante clarificar que não tinham o mesmo significado que hoje lhes damos. Bruno da Silva defende, por exemplo, que o conceito de *raça*, tal como foi utilizado nos séculos XVII e XVIII, era uma referência entre outras possíveis (a par, por exemplo, de *nação* e *tribo*), usada pelos filósofos e agentes coloniais para explicar o processo de degeneração que colocava os indígenas americanos num patamar de desigualdade em relação aos europeus (Silva, “Inventários” 22). Conforme sabemos, seria, contudo, o conceito de *raça* que prevaleceria sobre os demais, sobretudo na sua relação com os processos classificatórios dos povos que habitavam o globo e com a ideia da degeneração dos homens americanos.

De acordo com a maioria dos filósofos das Luzes, as diferenças humanas eram pensadas segundo um conjunto lógico de unidade que englobava toda a história da humanidade, abrangia todos os tempos e espaços, e punha em evidência a oposição entre a imobilidade dos selvagens americanos e o dinamismo dos europeus, detentores dum papel decisivo na civilização e na colonização da América. Na busca duma explicação histórica e sociológica para a fraqueza e selvageria dos americanos, encontramos a noção de *evolução social* como perfetibilidade ou carácter adquirido biologicamente. Este era o paradigma em torno do qual gravitavam as diferentes teorias que abordavam as noções de *raça* e *desenvolvimento humano*.

De entre elas, destaque-se a de Carlos Lineu. A obra *Systema naturae* (1735) significou, provavelmente, o ponto de partida para se pensar a existência de uma hierarquia das espécies organizada em três reinos (*animalia*, *vegetalia* e *mineralia*). De igual modo, Lineu dividiu e classificou a *raça* humana em americana, europeia branca, africana negra, asiática e em “seres monstruosos” desfigurados pelo clima ou pela intervenção humana (Raminelli e Silva 327). Sendo uma única espécie, a humanidade percorria um trajeto evolutivo linear, natural e universal, em cujas extremidades se situavam os nativos americanos — considerados como selvagens e primitivos — e os europeus — caracterizados como civilizados e cultos. Imputava estas diferenças à dispersão dos homens depois da criação do mundo, ao clima, à temperatura, às condições geográficas e à alimentação. Os homens americanos ocupavam o “primeiro estádio” nesta escala evolutiva: o dos caçadores-recolectores, que não detinham noção de propriedade. Em Lineu, “cultura e sociedade

opõem-se ao mundo primitivo e selvagem, o mundo da história e da civilização choca-se com um mundo sem história e imóvel” (Sebastiani, “L’Amérique” 341)³.

Um outro autor determinante na polémica do Novo Mundo foi, como mencionei, o conde de Buffon, que defendia a “infantilidade e a debilidade do continente americano” (Pires Jr. 328; Dugatkin). Para ele, o Novo Mundo tinha sido o último continente a emergir das águas e, por isso, era, em sentido geológico e figurativo, um Novo Continente, ainda húmido, frio e em estado de putrefação, onde as espécies animais eram mais pequenas e débeis, com exceção dos répteis e dos insetos. De igual forma, a humanidade era dominada por esta natureza hostil, fria e húmida, o que explicaria a frieza dos americanos (Silva, “A construção”; Silva, “Inventários”). A natureza fria e húmida do continente americano também fundamentava as teorias dum outro filósofo notável, o holandês Cornelius de Pauw (1739-1799), que nas *Recherches philosophiques sur les Américains* (1768-1769) desenvolveu argumentos em relação à inferioridade física e mental destes povos, que considerava serem estúpidos, inertes, indolentes e em tudo inferiores aos europeus. Aqueles que imigravam para a América e os seus descendentes seriam igualmente afetados pelo clima pernicioso (Dugatkin).

Esta controvérsia sobre a natureza e a humanidade americanas estava claramente imbuída de uma componente propagandística e duma política antimigratória, nalguns casos disfarçada com argumentos científicos, que refletia os interesses das potências europeias. E repercutia igualmente as rivalidades ideológicas, políticas, militares e económicas que eram sentidas entre as novas potências e entre estas e as Coroas ibéricas, que detinham ainda extensos domínios coloniais e controlavam parte substancial do comércio transoceânico (Morgan 137; Domingues, “In a World”; Domingues, “Oficiais”). De facto, não deixa de ser interessante ter a perceção de que esta reflexão sobre a humanidade ecoava na Europa e influía em juízos de valor em relação aos vassallos dos diferentes reinos.

Se, desde a obra pioneira e sistemática de Antonello Gerbi, *O Novo Mundo. História de uma polémica (1750-1900)*, os historiadores têm debatido as teorias e argumentos científicos desenvolvidos ao longo do século XVIII para explicar a natureza e o lugar do homem no mundo, e para fundamentar a interferência redentora dos europeus junto das sociedades extraeuropeias, consideradas como menos evoluídas, não deixa de ser revelador que semelhantes princípios e hierarquias fossem aplicados igualmente entre os europeus. Assim, britânicos e franceses

3 Para uma perceção diacrónica desta problemática, ver Raminelli e Silva 324s. As traduções de citações em outras línguas são minhas.

consideravam que os espanhóis e os portugueses não eram iguais a eles. Consideravam-se mais capazes, desenvolvidos e aptos e, por isso, entendiam que detinham maior capacidade para executar a missão de civilizar os que eram menos civilizados, mais preguiçosos, menos desenvolvidos e tolhidos por regimes políticos absolutistas ou pelos dogmas da religião católica (*i.e.* espanhóis e portugueses). Assim é que, ao longo de Setecentos, encontramos na *literatura de viagens* e nas reflexões de teóricos, homens de ciência e filósofos dos países do norte da Europa argumentos de natureza política, religiosa e científica-tecnológica que são evocados para legitimar planos de anexação territorial e interferências expansionistas em relação aos domínios coloniais ibero-americanos. Parece, portanto, que os “princípios científicos” que legitimavam a interferência de povos que se autodenominavam como mais civilizados e evoluídos eram aplicados não apenas aos extraeuropeus, como tantas vezes se tem notado, mas eram também usados para marcar as desigualdades económicas e culturais entre os europeus e para legitimar a expansão das novas potências imperiais do norte da Europa no mundo ibero-americano e no espaço atlântico⁴.

A ressonância da polémica dentro dos espaços coloniais ibéricos

Nas periferias imperiais americanas começavam a evidenciar-se elites intelectuais que contribuíram para a renovação da polémica do Novo Mundo (Soto Arango, Puig-Samper e González-Ripoll; Rodríguez García; García Redondo). Jorge Cañizares-Esguerra foi pioneiro na chamada de atenção para a participação das elites *criollas* neste debate. Tal como Gerbi, em *Como escrever a história do Novo Mundo* (2005) Cañizares-Esguerra é modelar na análise das representações da América e dos americanos pelos pensadores europeus setecentistas ao evidenciar a importância das fontes dos séculos XVI e XVII, que colocariam em perspetiva as questões debatidas no centénio seguinte sobre o Novo Mundo; e quando valoriza a contribuição dos intelectuais americanos no surgimento de “epistemologias patrióticas” (Kalil 385; Oliveira 1-14). De acordo com o autor, as bases do pensamento racial moderno encontram-se na controvérsia que ocorreu entre os teóricos europeus e

4 A ação civilizadora substituíra, assim, a legitimação religiosa da colonização (Morgan 137; Domingues, “In a World”; Domingues, “Oficiais”).

os intelectuais que tinham conhecimento direto dos domínios coloniais americanos (Cañizares-Esguerra 20-24, 253s.; Silva, “Inventários” 19).

Nesta renovação do discurso sobre a “ciência do homem” tiveram protagonismo os americanos detentores duma cultura ilustrada *criolla*, que construíram discursos alternativos aos que eram produzidos na Europa, e os jesuítas, que exerciam o seu múnus na América e que regressariam ao continente europeu depois de 1759, quando se iniciou a extinção da Companhia de Jesus na América ibérica (Sebastiani, “L’Amérique” 328; Souza Jr.). *Criollos* e jesuítas tiveram um papel decisivo na reconfiguração das Luzes ibéricas católicas ao porem em destaque perspectivas originais sobre a fertilidade da natureza e as potencialidades da terra e dos americanos (Cañizares-Esguerra 21-24; Noelli e Ferreira). Quando comparados aos europeus, os seus discursos distinguiam-se porque criticavam a erudição livresca e refutavam abertamente a imagem negativa da América e dos americanos apresentada por Robertson, Buffon e De Pauw. Censuravam as teorias apresentadas por “filósofos de salão” que, sem nunca terem abandonado a segurança dos seus países e o conforto dos seus gabinetes, se rodeavam de livros, mapas, globos e coleções de produtos naturais e artefactos, e se propunham escrever sobre realidades que desconheciam e não tinham observado nem experimentado. A experiência e a observação eram, pois, um desafio ao pensamento europeu. E muitos argumentos elaborados pela Ilustração europeia e nos discursos imperiais ibéricos eram usados em prol dos interesses pessoais e identitários *criollos* (Rodríguez García).

Silvia Sebastiani refere como exemplos destas “vozes” que se erguiam do outro lado do Atlântico, Thomas Jefferson (1743-1826), Benjamin Franklin (1706-1790), Samuel Stanhope Smith (1751-1819) e Benjamin Smith Barton (1766-1815), que esta autora considera serem representativos das opiniões dos *criollos* norte-americanos sobre a natureza e a história do Novo Mundo (“L’Amérique” 345-346, “Cuando América”). Para os espaços ibero-americanos, os historiadores têm centrado a sua atenção em personalidades paradigmáticas que tinham em comum o facto de considerarem que não eram recetores passivos das ideias que vinham das metrópoles. Mas, ao invés, produziam informação que contribuía para a construção de discursos sobre a América, marcados pela isenção de preconceitos em relação às terras, habitantes e “monstruosidades naturais” do Novo Mundo. Na opinião destes eruditos, a Europa tinha tanto a aprender com as Américas, como as Américas aprendiam com a Europa (Meléndez e Stolley 2-4; Soto Arango, Puig-Samper e Gonzalez-Ripoll 9-12).

Um exemplo dos americanos ilustrados que participaram ativamente neste debate é o jesuíta *criollo* Francisco Javier Clavijero, que escreveu a *Storia antica*

del Messico (1780-1781) baseada no conhecimento direto do território e da natureza. Clavijero analisava a ascensão e queda do império azteca e o período anterior à conquista hispânica, incorporando na sua narrativa os saberes tradicionais e ancestrais das populações indígenas e elementos da cultura material e imaterial mexicana, como a iconografia, os códices, o calendário mesoamericano e as línguas. Valorizava a observação direta, a proximidade, os conhecimentos locais, adotando “uma voz de missionário, testemunha e americano para ridicularizar e considerar provincianas as histórias produzidas pelos intelectuais de gabinete duma Europa supostamente ilustrada” (Sebastiani, “Cuando América” 9).

Um outro modelo pode ser encontrado em José António de Alzate, sacerdote, historiador, geógrafo e cartógrafo de Nova Espanha, que se integrou na rede global científica devido à sua notável obra. Tentou obter reconhecimento internacional através da elaboração de mapas que, aliando o registo geográfico à representação iconográfica, renovaram o saber geográfico, cartográfico e científico-natural do continente americano (García Redondo).

Em relação aos luso-brasileiros, o interesse pela botânica, a natureza e as potencialidades económicas do mundo natural foi evidenciado nas obras de personagens ilustres e na atividade de instituições culturais. O padre João Daniel (1722-1776) é disso um exemplo. Este jesuíta viveu por largo período de tempo nos rios Tapajós e Amazonas e foi preso e deportado por ocasião da expulsão da Companhia de Jesus destes territórios⁵. Daniel dedicou os últimos anos da vida a escrever o *Tesouro descoberto no rio máximo Amazonas* (1757-1776) com base na experiência que possuía daquele imenso espaço. Com esta obra, que foi escrita por alguém que viveu na Amazónia pré-pombalina e assistiu às alterações que ocorreram depois da implementação das reformas pós-1755, o jesuíta pretendeu compor um tratado histórico-geográfico e natural da Amazónia onde exaltava a natureza, os indígenas e seus costumes, a caça, as frutas, as madeiras, as ervas, os minerais e misturava observações empíricas, alusões à mitologia greco-romana e pregações moralistas católicas, embora se centrasse menos no debate sobre o Novo Mundo (Pádua). Considerava que as condições ambientais, técnicas e sociais da Amazónia eram fatores de abundância e riqueza que favoreciam a fixação portuguesa numa região que em tudo se assemelhava ao paraíso terreal (Costa).

Um papel igualmente relevante foi desempenhado pelas academias eruditas. Aqui construíram-se narrativas que articulavam as teorias europeias sobre

5 É abundante a literatura sobre este assunto. Contudo, para uma perspetiva comparada dos impérios ibéricos, ver García Arenas.

o mundo natural com as práticas e saberes americanos (Cañizares-Esguerra e Safier 137-138). Por exemplo, Iris Kantor estudou o papel que a Academia Brasileira dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasileira dos Renascidos (1759) tiveram como espaços de socialidade e diálogo entre intelectuais ibero-americanos que tinham criado laços de amizade e aprofundado afinidades intelectuais e ideológico-políticas nas academias, sociedades científicas e universidades dos dois lados do Atlântico e através de correspondência⁶. As academias criadas em solo colonial deram, pois, enquadramento institucional a estas elites de *filhos da terra* que, a partir de perspectivas locais e regionais, interpretavam o passado do continente americano; e refletiam, de modo coerente e lógico, sobre como integrar a história das colônias americanas na História Universal da cristandade, posicionando-se em defesa do continente e contra a inferioridade natural e humana dos americanos (Kantor 182-183).

O debate protagonizado pelos que nasceram ou viveram na América está igualmente relacionado com um novo paradigma: o dos cientistas e filósofos ilustrados *criollos*. Muitos deles tinham sido formados no âmbito das estratégias intelectuais e acadêmicas dos agentes da Coroa no contexto das reformas da Universidade e das academias militares e da Marinha (Domingues, “Museus” 271). Procuraram sistematizar a natureza e os povos das periferias coloniais, marcados pelos discursos em voga na Europa e pela experiência pessoal e observação direta, questionando a posição hegemônica dos europeus e as interpretações tradicionais baseadas em ordens e escalas que eram estritamente europeias (Pratt 55-62). Contestavam, portanto, a escrita da história do Novo Mundo à distância, evocando o conhecimento que tinham dos nativos, das línguas e dos documentos. Argumentavam contra as teorias de Buffon, De Pauw e Robertson (Sebastiani, “L’Amérique” 328; Petroff). Por um lado, estavam a par das mais atualizadas discussões científicas nos centros culturais europeus e podiam estabelecer uma “interlocução intelectual” permitida pela sua formação universitária e pelo conhecimento das teorias científicas debatidas no cenário europeu. Por outro, tinham um conhecimento relacionado com a sua origem americana, baseado na vivência direta e empírica da natureza e da humanidade.

6 Sobre a importância da correspondência transatlântica no intercâmbio de notícias e ideias entre os intelectuais da república das letras, ver Melendez e Stoller 4 e 12.

Um filho da terra toma a palavra: as “Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios das Amazonas, Negro e da Madeira”

Como é que os debates referidos se plasmam nos escritos dos naturalistas luso-brasileiros quando descreviam e interpretavam a natureza e os homens americanos? De que forma esta elite científica formada na Universidade de Coimbra e noutras universidades europeias, frequentadora das academias e sociedades científicas internacionais e integrada na *república das letras* se posicionava em relação às obras de Lineu, Buffon e Robertson? Como é que os temas que estavam na moda na Europa iluminista sobre a origem da humanidade eram equacionados por estes vassallos da Coroa portuguesa e compreendidos numa lógica da “narrativa civilizacional moderna”? Responder de forma cabal a estas questões parece ser, neste momento da investigação, impossível. Para além disso, evidencio que este artigo propõe contribuir com um estudo de caso, conquanto que emblemático, para entender o modo como a polémica do Novo Mundo foi equacionada por um luso-brasileiro. Assim sendo, as “Observações gerais e particulares”, datadas de 28 de fevereiro de 1790, são tomadas como exemplo de como as elites formadas em Coimbra marcaram posição nas reflexões filosófico-científicas sobre a humanidade e o homem americano, a cultura e a natureza (Caraccioli 140). Considero igualmente que não são apenas as opiniões expressas pelo naturalista que revelam a sua contribuição ao debate, como também os diálogos que estabelece com os autores que são citados no texto.

Uma referência breve ao percurso formativo de Alexandre Rodrigues Ferreira ajuda-nos a contextualizar esta questão. O trajeto de Ferreira é, aliás, bem conhecido. Nasceu na Bahia a 27 de abril de 1756, proveniente duma família abastada ligada ao comércio. Fez a sua formação na Universidade de Coimbra reformada em 1772. Inscreveu-se em Instituta (1770), Leis (1773), Matemática (1775) e Filosofia Natural (1774). Foi nesta área científica que obteve o título de doutor em 1779 (Raminelli e Silva; Pereira e Cruz; B. Ferreira, “Memória”). Destacando-se como preparador na Universidade de Coimbra e no Real Gabinete de História Natural da Ajuda, foi nomeado para coordenar uma viagem que duraria nove anos e o levaria aos confins do sertão amazónico e mato-grossense entre 1783 e 1792. Produziu diários de viagem, relatos, memórias, ofícios, cartas; recolheu inúmeros espécimens animais, vegetais e alguns minerais; coletou artefactos provenientes das comunidades amazónicas; refletiu sobre a natureza, os animais e os homens daquele

território. A representação que o naturalista construiu dos indígenas brasileiros fez-se com muitos desses textos, aguarelas, artefactos, amostras, que foram enviados dos sertões amazónico e mato-grossense para as instituições de ciência portuguesas (Domingues, “Museus” 271; Domingues, “No trilho”).

Conforme nota Almir Carvalho Jr., Ferreira é simultaneamente portador do “olhar imperial”, ligado às exigências da governação colonial assentes no mapeamento, controlo e exploração do território; e do olhar científico “ancorado na especificidade do universo intelectual português” relacionado com a sistematização do mundo natural e sua classificação de acordo com as taxonomias em voga na Europa (39-47).

As observações que fez nos diários de viagem e nas memórias foram, portanto, realizadas através da perspectiva dum luso-brasileiro culto que olhava a humanidade amazónica como objeto de estudo e parte integrante do mundo natural e do império colonial português. Participou na polémica do Novo Mundo no duplo papel de vassalo leal e agente da Coroa; e enquanto naturalista e homem de ciência ilustrado, munido duma autoridade que lhe era conferida simultaneamente pela formação teórica adquirida ao longo da formação científica (aulas na universidade, leitura das obras científicas, realização de pequenas viagens de treinamento às minas de Buarcos) e pela execução da viagem (ou seja, a experiência direta do território brasileiro, da natureza e humanidade). Acreditava que era através do conhecimento histórico e científico que o norte do Brasil podia ser governado e integrado no império colonial e nos sistemas epistemológicos europeus (Irving-Stonebraker 76).

Foi sobretudo nas “Observações gerais e particulares” que Ferreira expressou a sua opinião sobre a polémica do Novo Mundo, colocando o homem americano no centro do texto. Noto que grande parte dos registos textuais produzidos por ele versam sobre uma informação de natureza diferente, constituída por diários da viagem e descrições dos trajetos, impressões sobre espécies naturais e comunidades indígenas específicas (memórias de zoologia, botânica, antropologia), participações sobre a presença colonial no norte da América portuguesa, ofícios trocados entre o naturalista e os agentes da Coroa e órgãos da administração central⁷. Contudo, a natureza, objetivo e precisão destes textos, as intenções do

7 Parte significativa desta correspondência trocada com Domenico Vandelli, diretor do Real Jardim Botânico da Ajuda e coordenador das *viagens filosóficas*, os governadores e capitães-generais das várias capitanias brasileiras percorridas pelo naturalista e o secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro (1770-1795) encontra-se publicada em Lima.

naturalista, o público-alvo desta documentação são diferentes das “Observações gerais”, aqui consideradas como “um relato abrangente e erudito das observações histórico-naturais, ecológicas, etnográficas e filosóficas de Ferreira e da sua equipa [...] durante os seus sete anos na Amazônia” (Safier, “Every Day”). Um texto que, provavelmente, é o exemplo mais acabado, fundamentado e ordenado cientificamente, provavelmente destinado pelo autor a ser publicado (Carvalho Jr. 67). Contudo, isso não viria a acontecer. Breno Ferreira explica esta questão quando sublinha que as memórias escritas por Ferreira, tal como pela generalidade dos viajantes científicos seus contemporâneos, permaneceriam inéditas por longo período de tempo. E nota que as “Observações” só foram publicadas integralmente no século XX (B. Ferreira, “Alexandre” 2-3).

A memória remete para a leitura de uma vasta bibliografia que é determinante na forma como a narrativa se constrói, citada com a precisão de quem teve acesso às obras elencadas, disponíveis na biblioteca móvel do naturalista e nas bibliotecas do quinto governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (?-1796) e do bacharel da Universidade de Coimbra Joaquim José Cavalcanti de Albuquerque Lins, secretário do governo da capitania (Simon 144; Safier, “Every Day” 124). Tal como aponta para citações de autores que foram extraídas indiretamente de outras obras. É desta forma que Luís Pinto de Sousa Coutinho⁸, Grantz e Louis Godin são citados a partir de *The History of America* de William Robertson.

Na construção das “Observações”, Ferreira usa, pois, uma panóplia vastíssima de informação que abrange uma ampla cronologia: desde a Antiguidade, passando pelos séculos XVI e XVII, até à sua contemporaneidade. Tal como faz referência a várias regiões e populações do globo: desde a Lapónia e a Groelândia, passando pelos rios da Guiné, até ao Canadá, golfo do México e cordilheira andina. Refere os teóricos e cientistas que nunca tinham saído do conforto e segurança dos seus lares, mas que tinham especulado sobre o Novo Mundo e a sua humanidade (Lineu, Buffon, Robertson); e confronta-os com os relatos dos que tinham *experiência de viagem* e conhecimento direto do território americano, amazónico e dos seus habitantes, Ferreira incluído.

8 Luís Pinto de Souza Coutinho, primeiro visconde de Balsemão, tinha sido terceiro governador e capitão-general de Mato Grosso entre 1769 e 1772 e foi, tal como Godin, considerado como uma das principais fontes informadoras de William Robertson sobre a América portuguesa e sobre os índios. Entre 1774 e 1788 residiu em Inglaterra, ocupando o cargo de ministro plenipotenciário e enviado extraordinário de Portugal. Correspondia-se com Thomas Jefferson e Edward Church, e privou com Robertson (Rodrigues).

Neste contexto, a memória desenvolve-se como se fosse uma evidência empírica destinada a demonstrar ou a refutar as principais teorias relacionadas com a polémica do Novo Mundo, já referidas neste artigo (Morgan 151). Os autores citados são os “antigos e modernos naturalistas” que inspiram Ferreira porque têm referências e experiências diferentes dos teóricos europeus: “só quem por aqui viaja é que pode formar uma justa ideia” (A. Ferreira, “Observações” 71). Assim, usa os escritos de marinheiros, aventureiros, missionários, cronistas, viajantes, tal como se cita a ele próprio: “eu vi”, “eu ouvi falar e averigui a sua existência”, “eu já escrevi” (A. Ferreira, “Observações” 85, 92, 94, 105, 138; Pataca), entrando no debate científico-natural numa posição de paridade com os outros naturalistas-viajantes, mas considerando-se como uma referência que se sobrepunha a qualquer outra para “a questão da Amazônia”, legitimada pelos seis anos e meio de viagem e pelo elencar de 24 memórias e pela referência às participações que constituem o *Diário da viagem filosófica* (A. Ferreira, “Observações” 123-126; A. Ferreira, *Viagem filosófica ao Rio Negro*).

O naturalista identifica temas que são estruturantes no debate científico-natural do Iluminismo e marcantes na cultura científica do período, tais como a pequenez, inferioridade e debilidade dos animais da América meridional; a idade geológica do globo; a origem do povoamento do continente americano; a primazia da descoberta do Novo Mundo; a influência das causas físicas nas variações da cor da pele dos humanos; os atributos físicos e morais dos Tapuias; o lugar que a natureza americana e os habitantes originários ocupavam na história do Mundo e da Humanidade (A. Ferreira, “Observações” 68-157; Kury 118-120). Mas para além do reconhecimento destas questões que mostram a atualidade dos interesses do naturalista, Ferreira também usa a memória para integrar a América portuguesa no debate científico internacional. As citações dos imensos autores e as comparações e referências que são feitas a nível global ultrapassam o mero exercício de erudição e têm como objetivo “conquistar” um lugar para a Amazônia no cenário do conhecimento global numa altura em que os instrumentos de precisão, a quantificação e a observação *in loco* provocavam uma alteração epistemológica do conhecimento científico. Senão vejamos.

Podemos dividir as “Observações” em três partes. Na primeira, baseando-se essencialmente em Lineu, Ferreira estabeleceu as diferenças entre mamíferos, vegetais e minerais. Comparou a vida animal e vegetal na América, enfatizando a exuberância e profusão das plantas, insetos e répteis neste continente. Descreveu as ordens entre os mamíferos e, fundamentando-se em Buffon, pronunciou-se pela pequenez dos animais americanos.

Na segunda parte, centrou o seu estudo no homem natural e nos Tapuias, considerando-os na sua diversidade física (cor, feições, pele), moral e espiritual (comportamento, usos, religião, relações entre os géneros) e política (instituições, governança). Para esta parte, a sua referência teórica é William Robertson e as observações sobre os “índios espanhóis”. Mas estabelece igualmente comparações entre os americanos, africanos e europeus. Surgem referências a, entre outros, Jean Baptiste Thibault de Chanvalon (1725-1785) sobre os indígenas da Martinica; António de Ulloa (1716-1795) e Louis Godin (1704-1760) sobre as populações do Peru⁹; Miguel de Venegas (1680-1746) sobre os californianos e mexicanos; Pierre Barrère (1690-1755) sobre os povos guianenses; Charles Marie de La Condamine (1701-1774), Willelm Piso (1611-1678), Georg Marcgraf (1610-1644), António Vieira (1608-1697), José de Anchieta (1534-1597), Luís Figueira (c. 1574-1643), Jean de Léry (1534-1611) sobre as comunidades da América portuguesa. E, sobretudo, dava destaque às suas observações sobre as populações indígenas — mencionando Mura, Mauá, Puru, Pacé, Tucunas, Macuxis, Manaus, Catauixi —, africanas e brancas, habitantes das povoações de Marajó, Belém, Barcelos, Moreira, Carmo, Príncipe da Beira, etc. Usa profusamente a “Participação geral do Rio Negro” e as memórias antropológicas quando descreve as comunidades que habitavam os rios Solimões, Japurá, Branco, Negro, Purus, Apaporis e Amazonas. Valoriza o que viu, observou, testemunhou ou lhe foi contado pelos que tinham conhecimento direto da realidade amazónica (A. Ferreira, “Observações” 95).

Finalmente, na terceira parte da memória, o naturalista inventaria os mamíferos e identifica 71 espécies ou variações de espécies, divididas em 25 géneros (B. Ferreira, “Alexandre” 7). Inicia com a descrição do *homo sapiens*, detendo-se sucintamente na descrição dos “monstruosos” por artifício e natureza. Destaca os Cambeba, que deformavam as cabeças das crianças para distinguirem os elementos da sua comunidade dos grupos antropófagos; os Uerequena, que introduziam paus, resinas, pedras, madeiras nas orelhas que eram furadas por forma a distenderem-se até aos ombros; os Miranha, os Caripuna e os Gamela, que perfuravam os narizes ou os lábios e introduziam penas de aves, pedras, resinas, rodela de madeira; os Juripixuna, que tatuavam a pele ao redor da boca com cinzas de pupunheira; os Mauá, que espartilhavam a cintura com cascas de árvores para se fazerem temidos pelos adversários na guerra. Quanto às deformidades naturais — e apesar de citar alguns exemplos, com os Catauixi, que possuíam a pele dos pés e

9 Era valorizado pelo naturalista como um talentoso que reunia uma experiência de 35 anos repartidos entre os indígenas do Peru e os de Caiena e rio Orinoco.

das mãos mais clara —, defendia, baseando-se em Robertson, que os seres monstruosos e fantásticos descritos por “viajantes crédulos” desapareciam à medida que a América era conhecida e observada por “olhos mais exercitados”: “todas essas províncias onde pretendiam ter achado habitantes de forma extraordinária, são realmente habitadas por povos que em nada diferem dos outros americanos” (A. Ferreira, “Observações” 133-137).

Seguidamente, nomeia e descreve fisicamente as diferentes espécies dos três reinos da natureza, referindo em primeiro lugar o nome indígena ou comum, e menciona a utilidade económica, terapêutica e dietética. Socorreu-se das classificações e descrições de naturalistas e zoólogos para definir a variedade de nomenclatura de cada espécie consoante os locais onde se encontravam. Seguiu de perto Lineu e Buffon e citava (por vezes indiretamente) Marcgraf e Piso; tal como usava informação atribuída a Mathurin Jacques Brisson (1723-1806), Albertus Seba (1665-1736), e relatos de viajantes, marinheiros, cartógrafos — William Dampier (1651-1715), Reynaud Des Marchais (1683-1728), La Condamine, Thevet —, testemunhos de missionários — frei José de Santa Teresa Ribeiro (1730-1782), Joseph Gumilla (1686-1750), Claude d’Abeville (1590-1632) —, e agentes da Coroa — o funcionário judicial e vigário-geral José Monteiro de Noronha (1723-1794), o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1741-1814) —; e, surpreendentemente, refere ainda a Alexander Olivier Exquemelin (1646-1707) e a sua *Histoire d’aventuriers qui se sont signalez dans les Indes* (1678).

Esta terceira parte, que foi estudada pormenorizadamente por Breno Ferreira, serve sobretudo para chamar a atenção para a imensa riqueza natural e para os recursos da Amazônia. Aqui podiam-se encontrar os mamíferos descritos pelos viajantes para outras partes da América e ainda muitos outros animais que não tinham sido mencionados nas obras consultadas, mas eram observados e descritos por Ferreira. Os indígenas eram especialmente visíveis quando se tratava de descrever a utilidade das espécies. Por outro lado, e apesar de na generalidade seguir a classificação de Lineu — “com o devido respeito a tão grande mestre, nem em todas as classes seguindo a ordem” —, tinha uma perspetiva crítica que o levava a optar pela classificação de Giovanni Antonio Scopoli (1723-1788), adaptada para englobar todos os animais que tinha observado (A. Ferreira, “Observações” 128; B. Ferreira, “Alexandre” 11-12).

Apesar do interesse inegável que o continente americano e o mundo ibero-americano tinham entre as elites cultas e curiosas de Setecentos, Ferreira considerava que estas sabiam muito pouco da história geológica, da geográfica e dos mamíferos do Novo Mundo. Na sua opinião, estes conhecimentos não recuavam

muito para lá do descobrimento do continente americano. Inspirando-se em Antonio de León Pinelo (1590-1660), “a quem se devia o epitome da biblioteca oriental e ocidental que contem os escritos das Índias Orientais e Ocidentais” (A. Ferreira, “Observações” 107)¹⁰, nomeava os autores de manuscritos e impressos disponíveis sobre um Brasil que geograficamente compreendia entre o rio Amazonas e o rio da Prata. Dividia-os em historiadores que “se dedicaram a outro qualquer ramo da história que não tenha sido a natural” e especialistas em história filosófica, sublinhando a importância da cartografia, da náutica, da exploração de mares e sertões, da medicina, das ciências naturais, da história e da diplomacia.

Vimos que as referências bibliográficas usadas nas “Observações” são profusas, complexas e têm múltipla proveniência. Sobretudo parece ficar claro que, para Ferreira e em relação à América portuguesa, os escritos dos teóricos-filósofos dependiam da validação dada pelos testemunhos de governantes, viajantes, aventureiros, missionários, cientistas, indígenas, moradores; daqueles que conheciam o globo, o continente americano e a América portuguesa. E para fazer essa validação, Ferreira utilizava informação impressa, manuscrita e oral, para além de evidenciar os seus textos e a sua experiência enquanto naturalista em viagem.

Muitas das referências que usa eram da autoria de patrícios de Ferreira, que provinham de abastadas elites coloniais formadas na Universidade de Coimbra e nas academias militares e da Marinha, membros da Real Academia das Ciências, que procuravam inserir o Brasil “no cenário do conhecimento mundial” (Elias, Martins e Moreira 175). De entre eles, cite-se o engenheiro-cartógrafo Teodósio Constantino de Chermont (1761-?), o matemático-astrónomo António Pires da Silva Pontes (1750-1805), o cirurgião da expedição de demarcações António José de Araújo Braga, o arquiteto, desenhador e naturalista *amateur* Giuseppe Antonio Landi (1713-1791). Eles contribuíram com memórias, relações e descrições das capitânicas do Maranhão, Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e Rio de Janeiro, dos rios do vale amazónico ou acerca de temas relacionados com a economia, a agricultura, o comércio, as doenças, a história do território (A. Ferreira, “Observações” 107-113). Tal como Ferreira, executavam missões de exploração, risco e aventura ao serviço da Coroa portuguesa. Encontravam-se com o naturalista nos rios e sertões da Amazônia, Mato Grosso e Cuiabá, trocavam experiências de viagem e espécies naturais e contribuíam com os seus conhecimentos específicos

10 *Epitome de la Biblioteca oriental i occidental, nautica i geografica*, impresso em Madri por Juan González em 1629.

para superar problemas técnicos e limitações cognitivas relacionados com domínios de saber alheios ao naturalista (Domingues e Alves-Melo 165-169).

Valorizar a contribuição dada por esta elite luso-brasileira para a renovação científica do Brasil setecentista tomando como referência a Ferreira e as “Observações” é, como sabemos, um objetivo deste artigo. Outro consiste em considerar que a estratégia narrativa seguida na memória pretende incorporar o Brasil nas discussões científicas internacionais. As “Observações” destinavam-se a ser publicadas. É desta forma que explico o *debate* que Ferreira abre com os “autores antigos e modernos”, nacionais e estrangeiros, já referido. Tal como é assim que justifico a referência que faz expressamente ao compromisso de Robertson em ampliar *The History of America* para incluir a colônia portuguesa (A. Ferreira, “Observações” 113). E que considero a ênfase dada à atuação de vice-reis, de governadores e capitães-generais ilustrados — como Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), D. António de Almeida Soares Portugal, primeiro marquês do Lavradio (1600-1760), D. Luis de Vasconcelos e Sousa, quarto conde de Figueiró (1742-1809), Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres (1739-1797), José Teles da Silva, Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, sexto visconde de Barbacena (1754-1830). E de elites científicas e agentes da Coroa — entre outros, Joaquim Veloso de Miranda (1733-1815), José da Silva Lisboa (1756-1835), Luís Pereira da Cunha, Serafim Francisco de Macedo. Desenvolveram a história natural no Brasil, realizaram inúmeras missões científicas, estabeleceram hortos botânicos, gabinetes mineralógicos, bibliotecas, constituíram coleções de espécies naturais, fizeram observações astronômicas, renovaram a cartografia nas capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão (A. Ferreira, “Observações” 113-123). Com o seu sacrifício, dedicação e património prestavam à Coroa serviços em prol do conhecimento da América portuguesa e da ciência.

As “Observações” são inegavelmente a “memória na qual Ferreira desenvolveu mais profusamente a sua visão sobre os animais da América portuguesa, em particular os mamais (mamíferos), aí compreendidos os povos indígenas” (B. Ferreira, “Alexandre” 2, 5). Breno Ferreira já analisou competentemente o lugar dos “animais não-humanos”, identificando “elementos reveladores das escolhas, concepções e formas de pesquisar e escrever do naturalista” (“Alexandre” 2). Eu quero centrar-me no lugar que o homem americano ocupou nesta narrativa.

Para este assunto e criticando abertamente os autores que retratavam os indígenas como “menos humanos que nós”, Ferreira encontrava o paradigma científico em Lineu, Buffon e Robertson. Mas confrontava a teoria com o saber feito com as observações que realizou durante a viagem. As influências dos teóricos

revelavam-se quando, por exemplo, inspirando-se no *Systema naturae* de Lineu, referia que os povos indígenas eram dotados duma constituição física (corporal e espiritual), moral (psicológica e comportamental) e política que era comum a todos. Contudo, valendo-se da sua experiência, afirmava que esta constituição se caracterizava pelo vigor e agilidade e menos pela força; e conseguia matizar a descrição geral dos Tapuias com as especificidades de cada grupo: os Mura distinguem-se porque tinham cabelos crespos e barba; os Uerequena distendiam artificialmente as orelhas; os Miranha e Caripuna furavam o nariz; tal como mencionava outras comunidades que alteravam a sua estrutura física com procedimentos determinados por questões identitárias e culturais (A. Ferreira, “Observações” 81s.).

De igual forma, baseando-se em Robertson, argumentava que os povos indígenas partilhavam dum mesmo carácter e modo de vida, assentes na caça, pesca e agricultura. Mas valorizava Louis Godin porque

de todas as observações que se tem feito a respeito deste assunto, a que mais se conforma com o que tenho visto é a de Mr. Godin. Razão de sobra teve para fazê-las, visto que se trata de um talentoso; reuniu experiência de 35 anos entre os quais viveu 15 anos com os índios do Peru e 20 na colónia francesa de Caiena onde manteve relação com os índios do Orenoco. (A. Ferreira, “Observações” 84)

Tal como evocava a sua experiência junto de indivíduos e comunidades da capitania do Rio Negro como forma de mostrar a sua observação e rigor científico (“Observações” 90-94, 96-100).

Atestava que os naturais da Amazónia portuguesa pertenciam à espécie humana e ao grupo dos Tapuias, que definia da seguinte forma: “há, com efeitos, em todos eles uma certa combinação de feições e um certo ar tão privativamente seu que nele se deve estabelecer a característica de uma figura americana”. O tapuia encontrava-se na base da escala evolutiva da humanidade, mas era “tão homem como o europeu, o asiático e o africano” e “não tem outras diferenças senão as que são acidentais ao ser humano” (A. Ferreira, “Observações” 74; B. Ferreira, “As fontes”)¹¹. E, mais uma vez pensando na própria experiência, defendia que a impressão que deixavam nos espíritos dos europeus recém-chegados se resumia à constatação da diferença, da novidade e da variedade: “um homem de uma cor,

11 Um estudo sobre os casos de modificações corporais com interesse paleo-patológico presente na iconografia da “viagem filosófica” é apresentado em Martins *et al.*

feições, línguas, usos e instituições diversas” (A. Ferreira, “Observações” 74-75), organizado em diferentes nações, tribos, raças¹².

Esta diversidade explicava-se por condições externas e naturais às quais os Tapuias estariam expostos. Notava que fisicamente, apesar de terem a mesma cor, cobre ou castanho, apresentavam variedades que os diferenciavam: “uns eram mais retintos que outros”. Estas variações de cor encontravam explicação na natureza: clima, altitude, humidade, grau de saúde ou exposição ao sol e outros elementos. No que respeitava às diferenças nos costumes, no vestuário, na alimentação e nas técnicas utilizadas na produção de tecidos, armas, casas, canoas, cerâmicas, adornos e outros artefactos, eram explicadas pela cultura, pela história e pelo determinismo geográfico; e eram consideradas como indícios do grau de organização social das comunidades que, devido aos seus atributos físicos e desenvolvimento artesanal, se podiam agrupar em Tapuias gentios e selvagens e Tapuias domésticos e mais próximos da civilização (Carvalho Jr. 60). Estas divisões atuavam como uma taxonomia através da qual eram identificados aspetos físicos-anatómicos e culturais-morais que representavam as diversidades. Assim, em memórias individualizadas, descrevia Yurupixunas, Maués, Curutus, Uerequenas, Cambebas, Guaicurus, Muras, Miranhas, Cautauixis, Jurupixunas, que também eram representados em aguarelas pelos desenhadores científicos da expedição e pelos artefactos recolhidos e enviados para o reino (A. Ferreira, *Viagem filosófica pelas capitánias*).

Neil Safier argumenta que um dos principais objetivos de Ferreira consistia na apresentação ao seu leitor metropolitano duma representação genérica do *homo americanus* com base em registos pormenorizados dos aspetos físicos e socioculturais destas comunidades da Amazônia portuguesa. Salienta que a metodologia utilizada residia nos desenhos executados por Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, nas peças etno-antropológicas recolhidas pela equipa expedicionária, preparadas com a cooperação dos indígenas José da Silva e Cipriano de Souza e, sobretudo, nos textos escritos pelo naturalista ao longo da expedição, que mostram claramente as mudanças que aconteciam nas suas reflexões — e na complementaridade que a conjugação desta informação permitia estabelecer (Safier, “Masked”; Carvalho Jr. 61). As representações dos corpos, as alterações físicas, tanto as provocadas como as naturais, os ornamentos, o vestuário ou a sua ausência, e os artefactos distinguiam os vários povos contactados (A. Ferreira, *Viagem*

12 Ferreira raramente recorre a este termo para hierarquizar e classificar os nativos americanos. Sobre estes conceitos, ver Sela (196).

filosófica pelas capitánias; B. Ferreira, “A crítica”). Estas diferenças revelavam identidades e pertencças a grupos específicos e determinavam o estádio que cada povo ocupava na escala evolutiva da humanidade. Assim se media a complexidade da organização social de cada nação.

Memórias, participações, imagens e artefactos mostravam as diferenças e o exotismo dos indígenas da Amazónia. Nos discursos políticos-ideológicos de Setecentos, cabia aos europeus promover o progresso e a inserção destes povos na civilização em função dum programa de transformação dos índios em vassallos do rei (Domingues, *Quando*; Coelho 166-168). Sendo os indígenas detentores duma cultura própria, esta era concebida como um estádio inicial do desenvolvimento humano. E trazer estes povos a um patamar de desenvolvimento superior era justificativa suficiente para a interferência dos portugueses no sentido de educar os índios e torná-los produtivos e integrados na “ordem imperial” (Coelho 166).

Se a formação do naturalista determinava os modelos e padrões através dos quais olhou os índios, a observação direta levá-lo-ia a confrontar e a contradizer muitos destes princípios. Textos como as “Observações” mostram como houve assimilação e diálogo entre os teóricos e o naturalista, tal como existiram divergências. A memória pretende integrar os povos amazónicos na história da humanidade e mostrar que Ferreira queria marcar a sua posição nos principais debates filosófico-científicos, reclamando o seu lugar de referência sobre a Amazónia. Penso que se confirma a afirmação de Lorelai Kury de que, “do ponto de vista de ideias e conceitos manipulados pela elite ilustrada luso-brasileira, não havia descompassos qualitativos em relação aos congêneres europeus” (113). A dicotomia que Ferreira estabelece entre natureza, cultura e raça anteciparia a discussão que ocorreria nos séculos seguintes nas áreas da sociologia, antropologia e biologia.

Bibliografia

I. Fontes primárias

Ferreira, Alexandre Rodrigues. “Observações geraes e particulares sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios das Amazonas, Negro e da Madeira com descrições circunstanciadas que quase todos eles deram os antigos e modernos naturalistas e principalmente com a dos tapuios”. *Viagem filosófica pelas capitánias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias. Zoologia e Botânica*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 67-204.

- . *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Organizado por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus C. de Oliveira. 2.^a ed. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.
- . *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias. Antropologia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Conselho Federal de Cultura, 1974.

II. Fontes secundárias

- Bucan, Bruce e Linda Andersson Burnett.** “Knowing Savagery: Humanity in the Circuits of Colonial Knowledge”. *History of the Human Sciences*, vol. 32, n.º 4, 2019, p. 3-7, <https://doi.org/10.1177/0952695119838190>
- Cañizares-Esguerra, Jorge.** *Como escrever a história do Novo Mundo: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- Cañizares-Esguerra, Jorge e Neil Safier.** “Natural Histories of Remembrance and Forgetting. Science and Independence in the Spanish and Portuguese Americas”. *The Cambridge Companion to Latin American Independence*, editado por Marcela Echeverri e Cristina Soriano. Cambridge: Cambridge University Press, 2023, p. 132-159, <https://doi.org/10.1017/9781108679336.007>
- Caraccioli, Mauro José.** *Writing the New World: The Politics of Natural History in the Early Spanish Empire*. Gainesville: University Press of Florida, 2021.
- Cardim, Pedro.** “Povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América portuguesa e espanhola”. *Os índios e as justiças no mundo ibero-americano (séc. XVI-XIX)*, editado por Ângela Domingues, Maria Leônia Chaves de Resende e Pedro Cardim. Lisboa; S. João d’El Rei: Centro de História da Universidade de Lisboa; Centro de Humanidades da Universidade NOVA de Lisboa; Universidade Federal de S. João d’El Rei, 2019, p. 29-84, <https://run.unl.pt/handle/10362/96194>
- Carvalho Jr., Almir Diniz.** “Tapuia. A invenção do índio da Amazônia nos relatos da viagem filosófica (1783-1792)”. *A Amazônia dos viajantes. História e ciência*, organizado por Almir Diniz de Carvalho Jr. e Nelson Matos de Noronha. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2011, p. 33-103.
- Chaves, Amalia.** “Concepciones sobre la naturaleza de América: algunos recorridos”. *RE-CIAL*, vol. 10, n.º 15, 2019, <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7038175>
- Coelho, Mauro Cezar.** “A civilização da Amazônia. Alexandre Rodrigues Ferreira e o Diretório dos índios: a educação de indígenas e luso-brasileiros pela ótica do trabalho”. *Revista de História Regional*, vol. 5, n.º 2, 2007, p. 149-175, <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2110>

- Costa, Kelerson Semerene.** “Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel”. *História, Ciência, Saúde — Manguinhos*, n.º 14, suplemento, 2007, p. 95-112, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000500005>
- Domingues, Ângela.** “In a World without Faith and Dominated by Ambition: Representations of Brazil and the Portuguese in the First Half of the Eighteenth-Century European Travel Literature”. *Culture & History Digital Journal*, n.º 2, 2012, p. 1-14, <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2012.m104>
- . *Monarcas, ministros e cientistas. Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial*. Lisboa: UNOVA, FCSH, CHAM, 2012, <https://run.unl.pt/handle/10362/15867>
- . “Museus, colecionismo e viagens científicas em Portugal de finais de Setecentos”. *Asclepio*, vol. 71, n.º 2, 2019, <https://doi.org/10.3989/asclepio.2019.12>
- . “No trilho da ‘viagem filosófica’ de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 16, n.º 3, 2021, p. 1-15, <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2020-0109>
- . “Oficiais, cavalheiros e concorrentes: o ‘Brasil’ nas viagens de circum-navegação do século das Luzes”. *Revista de Índias*, vol. 73, n.º 258, 2013, p. 365-398, <https://doi.org/10.3989/revindias.2013.012>
- . *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- Domingues, Ângela e Patrícia Alves-Melo.** “Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a viagem filosófica à Amazónia, 1783-1792”. *Ler História*, n.º 78, 2021, p. 157-178, <https://journals.openedition.org/lerhistoria/7879>
- Dugatkin, Lee Alan.** “Buffon, Jefferson and the Theory of New World Degeneracy”. *Evolution: Education and Outreach*, vol. 12, n.º 15, 2019, <https://doi.org/10.1186/s12052-019-0107-0>
- Elias, Simone, Décio Martins e Ildeu Moreira.** “A ciência luso-brasileira na Europa Iluminista do século XVIII”. *Trama Interdisciplinar*, vol. 8, n.º 3, 2017, p. 160-184, <http://dx.doi.org/10.5935/2177-5672/trama.v8n3p160-184>
- Ferreira, Breno Ferraz Leal.** “Alexandre Rodrigues Ferreira: as estratégias narrativas das ‘Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamais’ (1790)”. *História*, n.º 42, 2023, <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023001>
- . “A compreensão dos povos indígenas da América portuguesa por Alexandre Rodrigues Ferreira durante a viagem filosófica (1783-1792): a apropriação de uma tradução francesa de *The History of America* (1777), de William Robertson”. *Revista de Índias*, vol. 80, n.º 280, 2020, p. 719-750, <https://doi.org/10.3989/revindias.2020.020>

- . “A crítica a ‘tudo quanto apresenta um caráter fabuloso’ nas memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira redigidas na viagem filosófica (1783-1792)”. *Revista de História e Historiografia da Educação*, vol. 3, n.º 7, 2019, p. 29-48, <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v3i7.66153>
- . “As fontes de Alexandre Rodrigues Ferreira e a construção de sua ideia de ‘mamíferos’”. Palestra. XXIX Simpósio de História Nacional. Contra os Preconceitos: História e Democracia, https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501707536_ARQUIVO_ANPUH2017-brenoferrazlealferreira-trabalhocompleto.pdf
- . “Memória sobre as viagens filosóficas: um manuscrito setecentista do naturalista Manuel Galvão da Silva”. *Revista Brasileira de História da Ciência*, vol. 12, n.º 1, 2019, p. 138-152, <https://doi.org/10.53727/rbhc.v12i1.45>
- García Arenas, Mar.** “El final de un proyecto misional. La Compañía de Jesús y su ocaso en las monarquías ibéricas”. *El ocaso del Antiguo Régimen en los imperios ibéricos*, organizado por Scarlett O’Phelan e Margarita Rodríguez García. Lima; Lisboa: Pontificia Universidad Católica del Perú; CHAM-Cetro de Humanidades, 2017, p. 45-79. <https://doi.org/10.18800/9786123172992.002>
- García Redondo, José María.** “New Spain’s Cartography within Global Geography: José Antonio de Alzate’s Maps of North America”. *Culture & History Digital Journal*, vol. 10, n.º 2, 2021, e018, <https://doi.org/10.3989/chdj.2021.018>
- Gerbi, Antonello.** *O Novo Mundo. História de uma polémica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Irving-Stonebraker, Sarah.** “From Eden to Savagery and Civilization: British Colonialism and Humanity in the Development of Natural History, ca. 1600-1840”. *History of the Human Sciences*, vol. 32, n.º 4, 2019, p. 63-79, <https://doi.org/10.1177/0952695119848623>
- Kalil, Luís Guilherme Assis.** “O debate do Novo Mundo: representações do homem americano nos séculos XVII e XVIII”. Resenha de *As cores do Novo Mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII*, de Bruno Silva. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.º 30, 2021, p. 384-388, <https://doi.org/10.46752/anphlac.30.2021.3989>
- Kantor, Iris.** “Do dilúvio universal ao Pai Tomé. Fundamentos teológico-políticos e mensuração do tempo na historiografia brasileira (1724-1759)”. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, n.º 24, 2007, p. 182-193.
- Kury, Lorelai.** “Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1801)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11, suplemento 1, 2004, p. 109-129, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400006>

- Martins, Maria do Rosário, Ana Luísa Santos, Maria Arminda Miranda e Vitor Matos.** “Body Modification and Paleopathological Evidence in the Iconography from the ‘Philosophical Travel’ to Brazilian Amazonia by Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)”. *Antropologia Portuguesa*, n.º 26-27, 2009-2010, p. 239-257, <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/15856?locale=en>
- Meléndez, Mariselle e Karen Stolley.** “Introduction. Enlightenments in Ibero-America”. *Colonial Latin American Review*, vol. 24, n.º 1, 2015, p. 1-16, <https://doi.org/10.1080/10609164.2015.1009275>
- Morgan, Muriel.** “Viajeros ilustrados y la disputa del Nuevo Mundo: Alexandre Rodrigues Ferreira y Tadeo Haenke ante el hombre americano”. *Prohistoria*, vol. 23, n.º 34, 2020, p. 131-158, <https://doi.org/10.35305/prohistoria.vi.1345>
- Noelli, Francisco Silva e Lúcio Menezes Ferreira.** “A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 14, n.º 4, 2007, p. 1239-1264, <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000400008>
- Oliveira, Flávia Preto de Godoy.** “Epistemologia, crônicas e natureza: uma reflexão sobre a chamada polémica do Novo Mundo”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH*, julho de 2011, p. 1-14, https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313002335_ARQUIVO_Flavia_Preto_de_Godoy_Oliveira_versao_2.pdf
- Pádua, José Augusto.** “O tesouro de João Daniel (as origens da ansiedade amazônica II)”. *O Eco*, 18 de maio de 2006, <https://oeco.org.br/colunas/17226-oeco-16832/>
- Pataca, Ermelinda Moutinho.** “Observações e experiências de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre agricultura no Pará (1784)”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 81, abril de 2022, p. 42-62, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i81p42-62>
- Pereira, Magnus de Mello e Ana Lúcia Barbalho da Cruz.** “Os colonos cientistas da América portuguesa: questões historiográficas”. *Revista de História Regional*, vol. 19, n.º 1, 2014, p. 7-34, <https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.19i1.0001>
- Perrone-Moisés, Beatriz.** “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 115-132.
- Petroff, Florence.** “William Robertson’s Unfinished *History of America*. The Foundation of the British Empire in North America and the Scottish Enlightenment”. *Transatlantica. Revue d’Études Américaines*, n.º 2, 2017, <https://doi.org/10.4000/transatlantica.10326>
- Pires Jr., Arnaldo Lucas.** “A invenção da diferença: a animalização como distinção do ‘eu’ e do ‘outro’ na imaginação ocidental nos séculos XVIII e XIX”. *Revista Esboços*, vol. 25, n.º 40, 2018, p. 317-334, <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2018v25n40p317>

- Pratt, Mary Louise.** *Os olhos do império. Relatos de viagens e transculturação.* Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- Raminelli, Ronald e Bruno da Silva.** “Teorias e imagens antropológicas na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, vol. 9, n.º 2, 2014, p. 323-342, <https://doi.org/10.1590/1981-81222014000200005>
- Rodrigues, Carmen.** “Chevalier Pinto: um dos homens mais ilustrados que já viveram no Brasil”. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 19, n.º 2, 2022, p. 93-114, <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/1192/1033>
- Rodríguez García, Margarita Eva.** *Criollismo y patria en la Lima ilustrada (1732-1795).* Buenos Aires: Miño y Dávila, 2006.
- Safier, Neil.** “Every Day that I Travel ... Is a Page that I Turn”: Reading and Observing in Eighteenth-Century Amazonia”. *Huntington Library Quarterly*, vol. 70, n.º 1, 2007, p. 103-128, <https://doi.org/10.1525/hlq.2007.70.1.103>
- . “Masked Observers and Mask Collectors: Entangled Visions from the Eighteenth-Century Amazon”. *Colonial Latin American Review*, vol. 26, n.º 1, 2017, p. 104-130, <https://doi.org/10.1080/10609164.2017.1287331>
- Sebastiani, Silvia.** “L’Amérique des Lumières et la hiérarchie des races. Disputes sur l’écriture de l’histoire dans l’*Encyclopaedia Britannica* (1768-1788)”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 67, n.º 2, 2012, p. 327-361, <https://doi.org/10.1017/S0395264900010131>
- . “Cuando América entró en la disputa del Nuevo Mundo: la escritura de la historia y la formación de las disciplinas a través del Atlántico (1770-1810)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, fevereiro de 2020, <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.79176>
- Sela, Eneida Mercadante.** “A África carioca em lentes europeias: corpos, sinais e expressões”. *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n.º 52, 2006, p. 193-225, <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200009>
- Silva, Bruno da.** “A construção do homem americano no século XVIII: viagens, teorias e o inventário da humanidade do Novo Mundo”. *Revista Maracanan*, n.º 15, julho-dezembro de 2016, p. 161-180, <https://doi.org/10.12957/revmar.2016.24687>
- . “Inventários do homem americano: viagens, teorias, degeneração e composição das raças nos séculos XVII e XVIII”. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- Simon, William J.** *Scientific Expeditions in the Portuguese Territories (1783-1808) and the Role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the Late Eighteenth Century.* Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

- Sloan, P. R.** “The Essence of Race: Kant and Late Enlightenment Reflections”, *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, vol. 47, parte A, 2014, p. 191-195, <https://doi.org/10.1016/j.shpsc.2014.06.001>
- Soto Arango, Diana, Miguel-Ángel Puig-Samper e Maria Dolores González-Ripoll, organizadores.** *Científicos criollos e Ilustración*. Madrid: Doce Calles; Colciencias; Rudecolumbia, 1999.
- Souza Jr., José Alves de.** *Tramas do cotidiano. Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. Belém: Editora UFPA, 2012.
- Vartija, Devin.** “Revisiting Enlightenment Racial Classification: Time and the Question of Human Diversity”. *Intellectual History Review*, vol. 31, n.º 4, 2021, p. 603-625, <https://doi.org/10.1080/17496977.2020.1794161>
- Wigger, Iris e Spencer Hadley.** “Angelo Soliman: Desecrated Bodies and the Specter of Enlightenment Racism”. *Race & Class*, vol. 62, n.º 2, 2020, p. 80-107, <https://doi.org/10.1177/0306396820942470>